

Comissão debate aplicação em saneamento

Cálculos do governo estimam que são necessários investimentos de R\$ 44 bilhões até 2010

Anamaria Rossi
de Brasília

O Brasil precisa investir R\$ 44 bilhões até o ano de 2010 para zerar o déficit no setor de saneamento. Esses são os cálculos que o governo apresentou ontem, durante audiência pública na Comissão Especial de Saneamento da Câmara, que discute o projeto de lei do Executivo definindo regras para o setor, o PL 4147/2001.

O montante representa uma taxa de investimento anual equivalente a 0,44% do Produto Interno Bruto (PIB), explicou o técnico Marcos Tadeu, da Secretaria-Geral da Presidência da República. Mais do que foi investido pelo Brasil até mesmo nos anos 70, quando o setor de saneamento experimentou seus melhores índices de expansão.

De acordo com os números oficiais, nos anos 70, a taxa média de investimento foi de 0,34% do PIB. Nos anos 80, começou a decair, chegando a 0,28% do PIB. A primeira metade da década de 90 foi a pior para o setor: 0,10% do PIB. Entre 1995 e 1998, a taxa subiu novamente, atingindo 0,28% do PIB.

Em 1998 foi registrada a melhor taxa dos últimos anos: 0,39% do PIB. Foi quando o governo passou a contingenciar recursos para o saneamento básico e os investimentos caíram drasticamente.

A necessidade de alavancar um grande volume de recursos para o setor é um dos principais argumentos do governo em favor da aprovação da nova Lei de Saneamento, que sofre fortes ataques da oposição. Os pontos mais visados da proposta do Executivo são a fixação da titularidade dos serviços — disputados pelos governos municipais e estaduais, em alguns casos — e o favorecimento, segundo interpretação dos opositores, à privatização das companhias de saneamento.

Os cálculos elaborados pela liderança do PT na Câmara dos Deputados apontam para um montante diferente daquele que o governo afirma ser necessário para zerar o déficit no setor. Sem levar em conta o crescimento populacional, tomando como base as atuais 39 milhões

de pessoas sem esgotamento sanitário e as 15 milhões sem abastecimento de água, os técnicos do partido concluíram que um investimento de R\$ 10,44 bilhões até o ano de 2015 resolveria o problema.

Representantes do Banco Central (BC), da Caixa Econômica Federal (CEF) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) participaram do debate de ontem, sobre o financiamento do setor. “É fundamental a definição de um novo marco regulatório, porque

sem isso o risco das aplicações no setor, que são de longo prazo, é muito alto”, defendeu o chefe do Departamento da Dívida Pública do BC, Cláudio Jaloretto.

O superintendente nacional de Saneamento e Infra-estrutura da CEF, Rogério Tavares, afirmou que o financiamento destinado ao setor deve ser norteado por dois conceitos básicos: a capacidade de pagamento do usuário, já que a tarifa é o principal instrumento de financiamento; e as diretrizes de saúde pública. Ta-

vares também sugeriu que seja revisado o sistema de subsídios cruzados, que na sua avaliação deveria ter um foco mais preciso.

De acordo com a superintendente de Infra-estrutura do BNDES, Terezinha Moreira, a instituição investiu R\$ 2 bilhões em saneamento ambiental entre os anos de 1996 e 2000. A carteira de operações para 2001 totaliza R\$ 3,5 bilhões em investimentos e pode atingir R\$ 1,1 bilhão em financiamentos para os setores público e privado.

O BNDES participa também, em parceria com a CEF, do Programa de Modernização do Setor de Saneamento, em que a CEF entrará com US\$ 85 milhões e o BNDES terá com US\$ 30 milhões, direcionados para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Para a deputada Iara Bernardi (PT-SP), o cenário apresentado para o setor pelo governo é “utópico”. No ano passado, só foram liberados 12% dos recursos aprovados no Orçamento da União para o saneamento básico. “O quadro real é de financiamento do BNDES para empresas privadas que não cumprem suas metas e são objeto de inúmeras ações judiciais”, afirmou.

Representando a Associação Brasileira das Concessionárias (Abcon), o empresário Marco Antônio Botter apresentou 15 sugestões de mudança na Lei de Saneamento defendido pelo Executivo e defendeu o adiamento do debate sobre a titularidade do serviço, para que seja dada ênfase, neste momento, à regulação para o setor. “A titularidade é matéria constitucional e deve ser objeto de Lei Complementar”, disse Botter. “Já a regulação é prioritária e pode ser tratada em projeto de lei”, afirmou. “Discutir a titularidade agora é desfocar o problema.”

O relator do projeto, deputado Adolfo Marinho (PSDB-CE), pretende entregar seu parecer até meados de junho, para que o texto possa ser apreciado em plenário neste semestre. Segundo ele, o governo fez um novo pedido de urgência constitucional para garantir que o assunto seja encerrado rapidamente na Câmara e possa seguir ao Senado.